



IX EBAM

Encuentro Latinoamericano de Bibliotecarios, Archivistas y Museólogos
“Revalorizando el Patrimonio en la era Digital”
del 9 al 13 de octubre de 2017

IX EBAM 2017

Bibliotecas Públicas: espaços de experiência e memória

Daniele Achilles, Jo Gondar

¹Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Resumen

Este artigo trata de um objeto sempre polêmico, mas que está longe de se livrar das mazelas e entraves teóricos e práticos – refere-se às bibliotecas públicas, especialmente as brasileiras. A maioria dos discursos lançados sobre elas apresenta sua definição e funções a partir de uma perspectiva concreta. Mas, na realidade, a resolução dos seus problemas sempre esteve em um plano mais abstrato e utópico. Pretende-se explorar a defasagem entre o plano concreto e o abstrato pensando as bibliotecas públicas como instituições sociais, culturais e de memória, mas, sobretudo, articulando a dimensão da memória ao plano da experiência. Ao enfatizar esta articulação objetiva-se discutir como a experiência afeta as estruturas das bibliotecas públicas e como pode ser uma categoria central para criar uma nova visão desse tipo de biblioteca no século XXI.

Palabras Clave: Bibliotecas Públicas, Bibliotecas Públicas – espaços de memória, Bibliotecas Públicas – espaços de experiência, Experiência e Memória.

1. Texto Principal

INTRODUÇÃO

As bibliotecas públicas brasileiras são vistas como um objeto de pesquisa sempre polêmico inserida em entraves teóricos e práticos. As definições desenvolvidas no meio acadêmico apresentam uma certa concretude, apontando o que elas devem ser. Mas, a realidade é outra: a resolução dos seus problemas sempre esteve ligadas a um plano abstrato e utópico. A maioria dos textos publicados no Brasil ilustra repetição do discurso que atrela essas instituições a significados ou entendimentos conceituais que nos parecem um tanto abstratos demais, não atentando para realidade vivida por essas instituições. Além disso, observa-se que o campo de Biblioteconomia Pública enfrenta um outro problema – a pouca incidência de investimentos em pesquisa nesta área. Com base nisso nota-se que inúmeros questionamentos foram e continuam sendo gerados durante anos e se colocam frente a uma certa defasagem entre a construção teórica do conceito e sua construção real.

Diante desse contexto, é comum que alguns questionamentos ressurgam tais como: o que é uma biblioteca pública, especialmente a brasileira? Qual sua missão e funções? Que sentido elas fazem para as comunidades? Que impactos produzem? E o que se tornaram na atualidade?. A partir daí o discurso acadêmico



elabora definições que consideramos um tanto estanques e que em sua maioria expressam ideias já reconhecidas, tais como: lugares sagrados que abarcam todo o conhecimento registrado ou espaços de armazenamento de coleções ideais; instituições sociais que servem a determinados grupos de usuários; espaços marcados pelo silêncio e concentração; locais de descobertas e divertimento e, ainda, como lugares de memória.

Cada período vivido pelas sociedades, as bibliotecas podem se moldar de um jeito diferente, respeitando determinadas implicações sociais, políticas, econômicas, culturais e informacionais produzidas em uma época. Pensada enquanto instituição social, cultural e de memória, elas podem ter seu conceito alicerçado em missões-chave como servir a propósitos sociais e, ainda, armazenar as memórias geradas pelo homem e registrada nos diversos suportes documentais. As acepções atribuídas a essas bibliotecas sempre expressam a ideia de armazenamento, guarda dos registros, acesso à informação, cultura e lazer, embasamento à educação, etc. Essas acepções configuram as bibliotecas públicas e apresentam uma perspectiva sem inovações, que se distanciam da observação das experiências vividas nessas instituições. Isto é, representação que se atribui às bibliotecas públicas não ressoa suas verdadeiras funções, usos e nem mesmo seu próprio conceito. As bibliotecas públicas podem ser mais, visto que possuem uma relevância social, econômica, política, cultural e informacional, participando e interferindo ativamente na dinâmica de formação, organização e desenvolvimento social dos sujeitos.

As bibliotecas públicas, enquanto instituições sociais, culturais e de memória estão inseridas no contexto de formação da cultura, e podem se definir, na contemporaneidade, como espaços que convivem com as transformações do contexto cultural e social híbrido. Mas, para isto, é importante que categorias de experiência e de memória sejam consideradas, como propomos neste artigo. A partir dessas argumentações, esse trabalho se coloca como uma nova via para a compreensão de outras possibilidades inerentes ao entendimento conceitual das bibliotecas públicas.

A BIBLIOTECA PÚBLICA COMO CONCEITO

O conceito de biblioteca pública pode ser representado de diferentes formas. Para compreendê-lo cabe atentar para o fato de que, em um sentido mais comum, ele recebe definições e funções que nos remetem às bibliotecas de um tempo histórico anterior ao nosso. Por esse motivo, é comum que os sujeitos enxerguem essas instituições, no Brasil, como espaços eruditos, de castigo, de silêncio, de estudo e que se encontram quase que totalmente desconectados da vida social. Essas acepções indicadas pelo senso comum afastam as bibliotecas de uma aproximação com as definições estabelecidas pelo discurso acadêmico, bem como com aquelas divulgadas por documentos considerados “oficiais”, como os Manifestos da IFLA/UNESCO, que servem de guia para bibliotecas do mundo inteiro.

Atualmente, o Brasil dispõe de 6.102 bibliotecas públicas (municipais, distritais, estaduais e federais), conforme indicação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, censo de abril de 2015¹. Essas bibliotecas ainda não se tornaram espaços onde se privilegie a diversidade, as singularidades, a construção de diferentes tipos de identidades a mediação da cultura, a inclusão social, a afirmação de ações coletivas, a promoção do exercício da cidadania, a responsabilidade social, o acesso ao conhecimento, o apoio ao estabelecimento de políticas públicas, a oportunidade de transformações sociais, isto é, ainda não se tornaram protagonistas frente à sociedade. Salvo alguns projetos de parques bibliotecas que, na cidade do Rio de Janeiro, já se encontram fechadas. As bibliotecas públicas ainda carregam a imagem de espaços nada dinâmicos que não possibilitam o acesso à informação, ao conhecimento e à cultura, mesmo que seus serviços e produtos sejam ineficientes para as necessidades de seus usuários.

¹ Dados coletados no site do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do Brasil – Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/informacao/dados-das-bibliotecas-publicas/>> . Acesso em: 20 maio 2017.

O maior dos problemas enfrentados por essas instituições é a falta de atualização em sua definição e usos, bem como a falta de participação efetiva na construção da vida social. É possível enxergar que esse problema é, em primeira instância, de cunho epistemológico, como aponta Alfaro Lopes (2010, p. VII) “la situación actual de la bibliotecología requiere su fundamentación epistemológica como una necesidad impostergable”. Isto é, o autor alerta para um obstáculo epistemológico que se define entre a prática empírica e a sua construção abstrata tornou-se esse obstáculo epistemológico para a construção teórica da biblioteca.

Alfaro López (2008; 2010) faz uma série de explicações sobre este assunto. E tais argumentos, aqui utilizados, caminham nessa linha de pensamento. Entretanto, será necessário admitir um posicionamento – neste trabalho o objetivo é refletir sobre uma nova proposta de cunho epistemológico para pensar as bibliotecas públicas positivando a categoria “experiência” situada na obra de Walter Benjamin.

Nos dias de hoje, a defasagem conceitual entre a construção teórica e a prática feita sobre conceito biblioteca pública é clara. As construções teóricas estabelecem uma realidade do que essas instituições devem ser, enquanto a construção prática está muito aquém das reais necessidades e expectativas dos sujeitos que frequentam esse tipo de instituição. Isso porque não atendem ou, até mesmo, não levam em consideração as peculiaridades e necessidades da comunidade na qual a biblioteca está inserida. Ou seja, a dimensão da experiência.

Em seu sentido mais acadêmico, o conceito de biblioteca pública disseminado no Brasil, por exemplo, se apresenta a partir de algumas significações que explicitam sua relação com a memória e identidade, revelam suas intencionalidades, abordam sua face social, educativa e cultural, mas não se preocupam em zerar essa defasagem referida anteriormente. Quando se atribui um conceito a uma instituição subentende-se que há um posicionamento, uma implicação teórico-metodológica na qual o conceito construído se insere. Isso parece ressoar ainda mais forte no caso das bibliotecas públicas, como salienta Medeiros (2006), afirmando que este é um conceito fluido e polissêmico, que comporta uma variedade de sentidos. Segundo a autora...

O conceito de biblioteca pública no Brasil é fluido. Instituições ligadas à saúde, à educação, ao transporte, e tantas outras, possuem identidade definida. A população conhece de antemão o que se espera dessas instituições, há um *modus operandi* que perpassa todas elas, independentemente da qualidade do serviço. Da biblioteca pública, no entanto, não se sabe o que esperar. As bibliotecas públicas brasileiras não têm face; nem para as autoridades, nem para o público e nem até mesmo para os funcionários. É uma instituição que sofre, historicamente, de crise de identidade. Da mesma forma, os prédios, as atividades, os acervos e o corpo técnico, salvo raras exceções, não atendem ao preceito de serviço público voltado para o atendimento das necessidades de informação e conhecimento da comunidade (2006, p. 12).

A autora alerta para o grande problema dessas instituições na sociedade brasileira nos dias atuais, encarando-o como uma crise de identidade. Esta pode ser analisada por via da defasagem teórico-prática de sua construção. A indefinição dessas bibliotecas enquanto instituições sociais, culturais e de memória, além da constatação de que essa crise vem aumentando ao longo dos anos, as coloca numa situação de desprotagonismo social, cultural e político. Com a intenção de superar a crise, essas instituições acabam se ancorando e reproduzindo as orientações contidas em determinados “mandamentos” considerados oficiais como os manifestos, agravando ainda mais sua situação. Esses documentos funcionam como um guia geral e não devem ser utilizados como diretrizes específicas para cada biblioteca. As apropriações conceituais a partir dessas diretrizes acarretam uma objetivação no processo de construção conceitual, mas, por outro lado, podem promover o não entendimento, por parte dos profissionais, de como é importante considerar as peculiaridades de cada biblioteca pública. Ademais, há uma tendência sociocultural no Brasil de que as instituições devem seguir determinadas regras gerais, mesmo que não caibam em seu caso, o que pode parecer extremamente limitador na atualidade. Parâmetros servem como guias genéricos e não devem definir uma ancoragem conceitual para os diversos tipos de realidade social. O que se propõe aqui é uma inversão: a ancoragem conceitual deve partir não da construção teórica estanque, objetiva e geral, mas deve considerar a dimensão prática, a qual denominamos aqui de experiência.

Contudo, não basta definir as bibliotecas públicas apenas por essas vias. Nem tampouco, a partir de uma visão simplista – a de que são instituições públicas porque são mantidas pelo poder público em diferentes esferas (municipal, estadual ou federal) e propiciam livre acesso à informação e ao conhecimento. É preciso mais ... ir além, construir um novo olhar, admitindo-se a crise e o abismo que os novos tempos vêm conjecturando. Propõe-se escapar da ideia de construção de identidades, da cristalização e objetividades que um conceito pode refletir, e assim, converter-se em um modo mais subjetivo de construção baseado no pilar “experiência”, “memória” e “cidadania”.

BIBLIOTECAS PÚBLICAS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA

As bibliotecas públicas possuem um papel e um sentido ímpar quando se analisa a literatura produzida sobre elas no decorrer da história. Porém, observa-se que, na prática, ocorre uma ‘paralisação’ dessas instituições frente às demandas informacionais atuais, principalmente quando essas instituições são as bibliotecas públicas. É para este desencaixe que este trabalho aponta. Com efeito, a *International Federation Library Association* (IFLA/UNESCO, 1994, p. [1]), afirma que a biblioteca pública é:

Porta de acesso local ao conhecimento – fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais.

Assim, a IFLA/UNESCO confere à biblioteca pública uma força enquanto instituição social que deve atuar na educação, cultura e informação. No entanto, o que ocorre é a ‘paralisação’ das bibliotecas e de seus atores, devido a uma série de questões ligadas às políticas públicas, à falta de conscientização política dos profissionais e da própria sociedade, falta de recursos, dentre outros fatores. Bibliotecários, pesquisadores e a própria Biblioteconomia como um campo científico também vêm se ocupando mais das ideias e ações ligadas à organização do que propriamente das ideias que conduzem a uma construção epistemológica do seu campo de saber.

A opção em questionar os usos e o próprio conceito de biblioteca pública na contemporaneidade decorre do fato de que, desde o século XIX, grandes transformações propiciaram uma série de mudanças que atingem não só os indivíduos sociais, mas também as instituições. Essas mudanças promoveram o declínio de uma forma de experiência, declínio que vem sendo vivido pelos indivíduos em todos os sentidos, ao mesmo tempo em que surgem novas formas de experiência, afetando essencialmente o ritmo e os modos de vida.

Em diferentes momentos pode-se constatar que existem diversas coordenadas políticas, sociais, econômicas, culturais e, principalmente, informacionais que determinam os modos de vida, isto é, os modos de ver, agir, lembrar e esquecer. Tudo isso vai se propagando pelo campo social e é transmitido através de gerações. Em alguns momentos da história, esses modos de viver constituem o que se pode chamar de identidade, por exemplo.

As formas de viver e de construir a própria vida fazem parte da constituição social e da memória, como alerta Foucault. No âmbito das instituições sociais, a relação das bibliotecas públicas com a informação e com o conhecimento participa na constituição desses modos de vida. Essa é sua relevância social: as bibliotecas têm o dever de mediar os recursos informacionais disponíveis em face das necessidades da comunidade a ser servida, afetando assim o modo de seleção, organização e disseminação das informações inerentes à composição do tecido social.

A informação e o conhecimento participam da constituição dos modos de vida e influenciam os processos de experiência vividos pelas sociedades. Diante do declínio da experiência, pode se pensar como um aspecto importante fornecer um caráter positivo às novas formas de experiência, tal como nos ensina Benjamin (2012). Isso pode aferir às bibliotecas públicas uma nova imagem de seu lugar e de seus usos para que elas se distanciem dessa ‘paralisação’ frente às demandas que surgem a partir das configurações sociais atuais.

Diante das mudanças ocorridas desde o século XIX, cada vez mais se vive em um mundo marcado por um modo de produção “invasivo”, onde o desenvolvimento social e econômico intensifica a aquisição, o armazenamento, o processamento, a valorização, a transmissão, a distribuição e a disseminação da informação. A informação começou a desempenhar um papel central na atividade econômica porque possibilita a apropriação e a geração de novos conhecimentos de forma mais rápida. E toma parte o estabelecimento de novas formas de produção do conhecimento e de novos elementos que definem a qualidade de vida e satisfazem as necessidades dos indivíduos e de suas práticas culturais. Isso ocorreu devido à demanda por informações mais pontuais e esvaziadas de um sentido mais completo. Para Benjamin (2013, p. 25), “no interior de grandes períodos históricos, transforma-se com a totalidade do modo de existência das coletividades humanas também o modo de sua percepção. O modo como a percepção humana se organiza”.

Assim, as transformações na esfera econômica acabaram influenciando outras esferas e sendo por elas influenciadas: a esfera social, a política, a cultural e a informacional indicaram outros fatores determinantes para a produção dos modos de vida.

Essas transformações se intensificaram nas sociedades atuais. Tudo isso atingiu a biblioteca pública, principalmente no que diz respeito aos modos de armazenamento, organização, acesso, recuperação, uso e produção de novas informações e conhecimentos, gerando assim certa crise nestas instituições. Assim, a identificação dos inúmeros problemas e das dificuldades enfrentadas ocorre devido à uma mudança de lógica. Perdemos aos poucos os hábitos, as percepções e os modos de organização que se estruturavam em torno de uma lógica da narração. A lógica da narração foi perdendo espaço para a lógica da informação, o que clarifica as consequentes transformações dos processos de experiência e percepção. Segundo Benjamin (2012, p. 213):

O narrador – por mais familiar que nos soe esse nome – não está absolutamente presente entre nós, em sua eficácia viva. Ele é para nós algo distante, e que se distancia cada vez mais. [...] Vistos de uma certa distância, os traços grandes e simples que caracterizam o narrador destacam-se nele. Ou melhor, esses traços aparecem como um rosto humano ou um corpo animal aparecem num rochedo, para um observador localizado numa distância apropriada e num ângulo favorável. Essa distância e esse ângulo de observação nos são impostos por má experiência quase cotidiana. É a experiência de que a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem ouvir uma história é manifestado, o embaraço se generalize. É como se estivéssemos sendo privados de uma faculdade que nos parecia totalmente segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências.

Benjamin (2012) nos alerta para uma queda da experiência, um declínio da experiência comunicável, aquela transmitida pelos narradores, exemplificadas pelo camponês sedentário, pelo marinheiro que vem de longe. Esses exemplos nos fazem compreender melhor a questão da narração. Benjamin (2012, p. 213) declara:

A arte de narrar aproxima-se de seu fim porque a sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção. Mas este é um processo que vem de longe. E nada seria mais tolo do que ver nele um ‘sintoma de decadência’, e muito menos de uma decadência ‘moderna’.

Contatando as relações entre as transformações econômicas, o declínio da experiência e a passagem da lógica da narração para da informação, pensamos que essas questões também estão ligadas à biblioteca pública. Ao relacionar a função, o uso e o próprio conceito de biblioteca pública ao declínio da experiência, podemos entender sob esta égide as transformações que produzem sua crise. Walter Benjamin pensou que o declínio da experiência não deveria ser percebido apenas de maneira negativa, já que dava lugar as novas formas de experiência. Não poderíamos pensar dessa maneira a crise de identidade das bibliotecas públicas? Essas

questões podem permitir a criação de um novo entendimento sobre a biblioteca, abrindo a possibilidade de novos usos para alinhá-la à realidade social, econômica, política, cultural e informacional condizente com a sociedade em que vivemos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal problema das bibliotecas públicas brasileiras na contemporaneidade é o fato de não considerarem a transformação da dimensão da experiência para se construir como instituição. As principais atividades que lhe são atribuídas como o incentivo às práticas leitoras e o desenvolvimento da cultura escrita, por exemplo, não despertam mais o interesse. É preciso mudar o modo de incentivo ao exercício da cidadania e isso pode ser possível a partir de uma nova condução, de uma nova estrutura que considere as transformações ocorridas continuamente no domínio da experiência e da percepção, pontuando a biblioteca pública como uma instituição em devir, isto é, um caminho nunca completado, mas sempre em processo de construção. Poderíamos também torná-la uma construção contínua e que admite o movimento das experiências e percepções.

A partir da constatação do declínio da experiência e do reconhecimento positivo de novas formas de experiência pode ser operacionalizada a construção de um novo conceito de biblioteca pública. A incorporação das memórias, dos espaços, as trocas imaginárias e materiais são indispensáveis à mudança do foco que as bibliotecas devem ter com relação a seus usuários. A proposta de nossa pesquisa é a de investigar os aspectos que compõem as bibliotecas públicas e que não mais dão conta de desempenhar suas funções na atualidade. No mais, procuramos entender melhor em que medida as bibliotecas têm sido precárias em promover o exercício da cidadania, reconhecimento social e a apropriação territorial que as comunidades podem ter em relação a elas. Esses e outros motivos não se encontram apenas na esfera dos interesses individuais, mas também estão presentes na esfera de interesses coletivos. Consideramos que existe um incômodo a nível social que nos leva a perguntar por que as bibliotecas públicas deixaram de fazer sentidos em nossas vidas. Podemos responder essa pergunta a partir de uma série de argumentos e ideias, porém aqui destacamos a articulação da noção benjaminiana de experiência, ao decréscimo da narrativa e à valorização da informação como uma nova possibilidade de experiência a partir da qual pretende-se construir novos sentidos e novos usos para as bibliotecas públicas brasileiras.

Ademais, Benjamin se dedica em muitos de seus textos ao conceito central de sua filosofia – *Erfahrung* (experiência) e apresenta seu enfraquecimento no mundo capitalista moderno e isso acontece em detrimento de um novo conceito, a *Erlebnis* (experiência vivida), característica do indivíduo social atual. Com isso, segundo Gagnebin (2012), Benjamin esboça a urgência de sua reconstrução para garantir uma memória e uma palavra comuns, malgrado e desagregação e o esfacelamento social. Isso significa dizer que o fracasso da *Erfahrung* acompanha as novas formas de experiências e narratividades.

É a partir dessa percepção sobre a experiência que se admite novos olhares para as bibliotecas públicas brasileiras. Acredita-se que elas ficaram presas à impossibilidade de uma experiência tradicional e não deram conta de repensar epistemologicamente as novas experiências e narratividades produzidas na sociedade industrial e reconfiguradas na sociedade de atual. Assim, cabe apresentar novos entendimentos e usos que poderão modificar, inicialmente, a instância epistemológica, para que, em um segundo momento, ocorra a aderência desse novo olhar em uma instância prática e cotidiana vivida pelos sujeitos, bem como pelas bibliotecas.

Referências

- ALFARO LÓPEZ, H. G. (2010). Estudios epistemológicos de bibliotecología. México: UNAN.
- Alfaro López, Héctor Guillermo. (2008). El obstáculo epistemológico y la biblioteca., 2008 . In XXVI Coloquio de Investigación Bibliotecológica y sobre la Información, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, UNAM, Ciudad de México (Mexico), Jueves, 2 de oct. 2008. (Unpublished) [Conference paper]

- BENJAMIN, Walter (2012). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, (Obras Escolhidas, v.1).
- _____. (2013). *Rua de mão única / infância berlinense: 1900*. Edição e Tradução João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, (Filô/Benjamin).
- GAGNEBIN, J. M. (2012). *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva.
- IFLA. (1994). *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas*. 1994. Disponível em: <IFLA/Unesco<http://archive.ifla.org/VII/s*/unesco/port.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- MEDEIROS, Ana Lígia. (2006). *Biblioteca e cidadania*. In: *Sinais sociais*. Rio de Janeiro: SESC, 2006.